



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ – PA

Av. São Pedro - 752 – Centro / CEP: 68.618-000

CNPJ: 84.263.862/0001-05

PARECER N° 97/2024/CI – CPL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 01.7.004/2024

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ.

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,

Trata-se de análise desta Unidade de controle interno a respeito do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 004/2024**, este já analisado anteriormente neste setor, com o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA**, os contratos encaminhados a esta unidade para as devidas análises que nos competem são:

Contrato N° **114.2024.06.7.004**, firmado entre **FUNDO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **30.034.246/0001-45** neste ato denominado CONTRATANTE. Representado neste ato pelo Sr. Raimundo Oliveira dos Santos, Secretário de Educação. E **C A INFORMÁTICA LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° **33.482.008/0001-90**, com o valor global acordado em **R\$ 13.892,59** (treze mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos). O prazo de vigência deste Contrato terá início no dia **08 de agosto de 2024** e vigorará até o dia **08 de agosto de 2025**.

Contrato N° **115.2024.05.7.004**, firmado entre **FDO. MAN. DES. DA ED. BAS. VAL. PROF. ED-FUNDEB**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **31.707.561/0001-59** neste ato denominado CONTRATANTE. Representado neste ato pelo Sr. Raimundo Oliveira dos Santos, Secretário de Educação. E **C A INFORMÁTICA LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° **33.482.008/0001-90**, com o valor global acordado em **R\$ 22.979,84** (vinte e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). O prazo de vigência deste Contrato terá início no dia **08 de agosto de 2024** e vigorará até o dia **08 de agosto de 2025**.

Na Lei 14.133/2021, que institui as normas gerais de licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações no âmbito da administração pública, o tema dos contratos administrativos é abordado principalmente no Capítulo VI, que trata especificamente dos "Contratos Administrativos". Esse capítulo abrange os artigos 117 a 138 da referida lei. OS CONTRATOS EM QUESTÃO ENCONTRAM-SE DEVIDAMENTE REVESTIDOS DAS FORMALIDADES CONTIDAS NESTE OBJETO LEGAL.

Além da Lei 14.133/2021 o(s) contrato(s) está(ão) amparado(s) pelo DECRETO n° 9.412/2018.



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ – PA

Av. São Pedro - 752 – Centro / CEP: 68.618-000

CNPJ: 84.263.862/0001-05

Conceito de Segunda Linha de Defesa

No modelo de três linhas de defesa da lei geral de licitações, a segunda linha é representada pelas funções de gerenciamento de riscos e conformidade, que têm a responsabilidade de supervisionar e monitorar a eficácia dos controles internos estabelecidos pela primeira linha de defesa (as operações e processos diários). A segunda linha de defesa atua como uma camada intermediária que assegura que os riscos sejam identificados e geridos de forma apropriada e que as políticas e procedimentos estejam sendo seguidos de acordo com as normas e regulamentos estabelecidos.

Portanto, em atendimento à determinação contida no Parágrafo Único do art. 10, Instrução Normativa nº 22/2021/TCMPA de 10 de dezembro de 2021, esta Unidade de controle interno **DECLARA**, para todos os fins de direito, salvo melhor juízo, entender que o(s) contrato(s) referenciado(s) se encontra(m) **EM ORDEM**, podendo a administração pública realizar execução de despesas. Consequente, declaramos declara ainda, que o processo se encontra:

Revestido de todas as formalidades legais, Atas, Contratos, comum acordo entre as partes sobre as Cláusulas Gerais e Específicas do objeto, estando apto a seguir para a publicação de seu extrato e, conseqüentemente, gerar despesas para esta municipalidade; Sem ressalvas a apresentar.

Ademais, esta unidade declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação do Ministério Público Estadual, para providências alçada.

Por fim, encaminho os autos para a autoridade competente dar prosseguimento ao processo, recomendando as devidas Publicações de Extrato de Contrato e demais publicações pertinentes, bem como os despachos às devidas providencias das Portarias de Fiscais de Contratos.

Nova Esperança do Piriá – Pará, em 09 de AGOSTO de 2024.

Elias Moura da Silva

Controlador Interno

Decreto nº 030/2023